



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo
Campus Vitória

**REGULAMENTO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – CAMPUS VITÓRIA**

Vitória-ES / 2024

Reitor

Jadir José Pela

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

André Romero da Silva

Diretor de Pós-graduação

Danielle Piontkovsky

Diretor-Geral do campus Vitória

Hudson Luiz Côgo

Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação do campus Vitória

André Gustavo de Sousa Galdino

Comissão de elaboração

(Portaria nº 1194, de 13 de junho de 2023)

Poliana Daré Zampirolli Pires

Anna Christina Alcoforado Corrêa

Gabriel Domingos Carvalho

Larissy Alves Cotonhoto

Pollyana dos Santos

Coordenação do Curso

Poliana Daré Zampirolli Pires

SUMÁRIO

TÍTULO I: DA FINALIDADE, NATUREZA E OBJETIVOS.....	4
TÍTULO II: DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA.....	6
CAPÍTULO I: DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NACIONAL E LOCAL.....	6
CAPÍTULO II: DO CORPO DOCENTE.....	7
CAPÍTULO III: DO/A ORIENTADORA/A E COORIENTADOR/A.....	8
CAPÍTULO IV: DO COLEGIADO.....	9
CAPÍTULO V: DO/A COORDENADOR/A E VICE-COORDENADOR/A.....	10
CAPÍTULO VI: DO/A CORPO DISCENTE.....	11
CAPÍTULO VII: DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	11
CAPÍTULO VIII: DA ADMISSÃO E DA MATRÍCULA.....	12
CAPÍTULO IX: DO TRANCAMENTO E DO DESLIGAMENTO.....	13
CAPÍTULO X: DA AVALIAÇÃO E DO APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS.....	14
CAPÍTULO XI: DO REGIME ESPECIAL DE ATENDIMENTO DOMICILIAR.....	14
CAPÍTULO XII: DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO.....	15
CAPÍTULO XIII: DA DEFESA DE TRABALHO FINAL DE CURSO (TFC).....	16
CAPÍTULO XIV: DA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE.....	17
TÍTULO III: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	18
ANEXO I – DISCIPLINAS E ITINERÁRIO FORMATIVO.....	19

Art. 1º Este Regulamento visa estabelecer as atribuições, responsabilidades e normas específicas inerentes ao Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória, de acordo com o Regulamento Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, reconhecido pela Portaria nº 654/2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC), Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 162/2016, em consonância com o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Pós-graduação de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes e demais dispositivos legais.

TÍTULO I

DA FINALIDADE, NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 2º O Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Vitória faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), em Rede nacional, vinculado à área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

Art. 3º O ProfEPT tem como objetivo geral proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica, visando tanto à produção de conhecimentos como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

Art. 4º Os objetivos específicos deste Programa são:

I. atender à necessidade de formação continuada, numa perspectiva interdisciplinar e em nível de mestrado, a fim de desenvolver atividades de ensino, gestão e pesquisa relacionadas à EPT, na perspectiva de elaboração de produtos educacionais e materiais técnico-científicos com vistas à melhoria do ensino e à inovação tecnológica;

II. atender à necessidade de desenvolvimento de trabalhos de investigação interdisciplinar, constituído pela interface entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, na perspectiva de melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais e/ou não formais;

III. atender à demanda nacional por formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação stricto sensu, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas que integrem os saberes práticos inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado e interdisciplinar, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural nas diversas regiões do Brasil.

Art. 5º Para alcançar os objetivos descritos no Art. 4º, a pesquisa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica deve estar em consonância com uma das 2 (duas) Linhas de Pesquisa do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

I. Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) - Trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do/a estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, as questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Indígena, à Educação e Relações Étnico-raciais, à Educação Quilombola, à Educação do Campo, às Questões de Gênero e à Educação para Pessoas com Deficiências (PCD) e sua relação com as diversas práticas do mundo do trabalho.

II. Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) - Trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do/a estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, a construção temporal, por meio dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, que, ao longo do tempo, vêm configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos.

Art. 6º Os projetos de pesquisa devem ser estruturados tendo por base 6 macroprojetos inseridos nas 2 Linhas de Pesquisa:

I. Macroprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento que estruturam a Linha 1 de Pesquisa – Práticas Educativas em EPT.

a) Macroprojeto 1 – Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT – Abriga projetos que trabalham as principais questões de ensino e de aprendizagem na EPT, com foco em discussões conceituais específicas, metodologias e recursos apropriados para essas discussões e elaboração e experimentação de propostas de ensino transformadoras em espaços diversos (salas de aula, laboratórios, campos, museus, setores produtivos, internet, entre outros).

b) Macroprojeto 2 – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT – Abriga projetos que trabalham as principais questões de ensino e de aprendizagem na EPT, no que se refere a questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Indígena, à Educação e Relações Étnico-raciais, à Educação Quilombola, à Educação do Campo, às Questões de Gênero e à Educação para Pessoas com Deficiências (PCD) e sua relação com as diversas práticas do mundo do trabalho e com os processos educacionais na EPT.

c) Macroprojeto 3 – Práticas Educativas no Currículo Integrado – Abriga projetos que trabalham na perspectiva do currículo integrado, que venham a contribuir para a qualificação das práticas pedagógicas e avaliativas integradas, em direção à superação da dualidade estrutural, nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

II. Macroprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento que estruturam a Linha 2 de Pesquisa – Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

a) Macroprojeto 4 – História e memórias no contexto da EPT – Abriga projetos que trabalham as principais questões relacionadas à história e à memória da EPT local, regional e nacional, considerando o mundo do trabalho a partir de estudos de disciplinas, eventos, instituições, currículos, espaços de formação e recursos didáticos, entre outros.

b) Macroprojeto 5 – Organização do currículo integrado na EPT – Abriga projetos que trabalham na perspectiva da organização e do planejamento do currículo integrado, que venham a

contribuir para a compreensão da realidade concreta dos conceitos da EPT e nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

c) Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT – Abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e ao planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. Os projetos devem investigar as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais.

Art. 7º O/A profissional egresso/a deverá estar apto/a para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à educação profissional e tecnológica, em espaços formais e/ou não formais. Deve, também, estar capacitado/a a desenvolver soluções tecnológicas que possam contribuir para a melhoria do ensino técnico-profissional.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NACIONAL E LOCAL

Art. 8º A coordenação das atividades do ProfEPT é realizada pelo Comitê Gestor (CG), pela Comissão Acadêmica Nacional (CAN) e pelas diversas Comissões Acadêmicas Locais (CAL), responsáveis pelo gerenciamento do Curso.

Art. 9º O Curso de mestrado do ProfEPT é ofertado na modalidade presencial pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT): Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica; e Colégio Pedro II, coordenado nacionalmente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Adota regime semestral, concedendo aos egressos o título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

§1º Cada uma das instituições da RFEPCT que integra a rede nacional, incluindo o Ifes – Campus Vitória, é denominada Instituição Associada (IA).

§2º O Itinerário Formativo do ProfEPT está disposto no Anexo I deste Regulamento.

Art. 10 A Comissão Acadêmica Local do Ifes – Campus Vitória, corresponde ao Colegiado do Curso, sendo uma comissão executiva, constituída pela integralidade dos/as docentes permanentes credenciados(as) ao curso e por um/a representante discente e seu/sua suplente (eleitos/as pelos seus pares), sendo presidida pelo coordenador acadêmico local ou pelo coordenador adjunto, em caso de ausência do titular.

Art. 11 A Coordenação do Curso é sediada no Ifes – Campus Vitória, situado na Avenida Vitória, 1729, bairro Jucutuquara, Vitória, Espírito Santo (ES). Contatos: Telefone: (27) 3331. 2186 – E-mail: profept.vi@ifes.edu.br – Site: profept.vitoria.ifes.edu.br.

Art. 12 A manutenção do Ifes – Campus Vitória, como IA, está sujeita à avaliação quadrienal pelo Comitê Gestor, baseada nos seguintes parâmetros, dentre outros:

I. efetiva execução do projeto pedagógico nacional do ProfEPT;

- II. eficácia na formação de seus/suas egressos/as;
- III. qualidade da produção intelectual do corpo docente e discente;
- IV. adequação de infraestrutura física compatível ao número de alunos;
- V. qualidade e disponibilização das informações pertinentes para a avaliação da Capes.

Art. 13 A organização e funcionamento do curso estabelecida neste Regulamento estão em conformidade com o Regulamento Geral do ProfEPT e com o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Pós-graduação de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes e legislações correlatas vigentes.

Art. 14 O calendário das atividades letivas e procedimentos acadêmicos-administrativos seguem o Calendário Acadêmico da Pós-Graduação, definido pelo Ifes – Campus Vitória.

Art. 15 O número de vagas a serem ofertadas anualmente neste Curso será divulgado por meio do Exame Nacional de Acesso (ENA), previsto por edital de seleção, e estará condicionado à capacidade de orientação dos/as docentes do Curso, sendo que um percentual do total das vagas será destinado às ações afirmativas.

Art. 16 As vagas destinadas para pessoas com deficiência (PCD) e aos que autodeclararem negros (pretos ou pardos) e indígenas serão providas na forma das Resoluções do Conselho Superior do Ifes, nº 10/2017 e nº 61/2019 ou equivalentes, e suas atualizações, que regulamentam a adoção de ações afirmativas nos Cursos e Programas de Pós-Graduação do Ifes.

§1º As ações afirmativas tratadas no caput, deste artigo, serão desenvolvidas pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus Vitória (DPPG.VI) e a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), com o apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne).

I. O Neabi, do Campus Vitória, colabora e acompanha a implementação da política de educação para as relações étnico-raciais. Atende com vistas a orientar e capacitar a comunidade acadêmica. Também auxilia na construção de metodologias, material didático e paradidático e desenvolve ações, também, de pesquisa e de extensão para divulgação. Contato: neabi@ifes.edu.br.

II. O Napne, do Campus Vitória, é responsável por ações de sensibilização, promoção da inclusão escolar, atendimento e apoio às pessoas com necessidades específicas, ou seja, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de estratégias e recursos, tais como: atendimento educacional especializado, tradução e interpretação de Libras e Português, tecnologia assistiva, entre outros. Contato: (27) 3331-2241 / napne.vi@ifes.edu.br.

CAPÍTULO II

DO CORPO DOCENTE

Art. 17 O corpo docente permanente do Curso é composto por professores/as portadores/as do título de doutor/a pertencentes ao quadro permanente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), com produção acadêmica na área de Ensino ou Educação.

§ 1º. O corpo docente é composto por, no mínimo, 10 (dez) docentes com vínculo na Instituição Associada (IA) e deverá ser constituído conforme Edital de Credenciamento, Recredenciamento e Descredenciamento, conforme Regulamento Geral do ProfEPT.

§ 2º. Deverão ser respeitados os critérios estabelecidos pela Capes sobre a composição do corpo docente do Programa, explicitando a forma de vínculo de cada docente:

I. Permanente: docente do quadro efetivo da IA, que atua de forma mais direta, intensa e contínua no ProfEPT, e integra o núcleo estável de docentes, desenvolvendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação;

II. Visitante: docente de outra Instituição com expressiva produção acadêmica que, por edital local, aprovado pelo Comitê Gestor, venha a contribuir com o Programa no desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas, durante um período determinado.

§ 3º. Docentes aposentados/as poderão atuar como professores/as voluntários/as, na condição de docente permanente, conforme regulamentação específica do Ifes – Campus Vitória.

CAPÍTULO III

DO/A ORIENTADORA/A E COORIENTADOR/A

Art. 18 No decorrer do primeiro período do Curso, será designado um/a docente orientador/a, que acompanhará o desenvolvimento do/a discente ao longo do Curso, sendo que esse/a orientador/a construirá, em conjunto com o/a discente, o seu plano de estudos, que inclui o projeto de pesquisa e proposta de Produto Educacional.

Parágrafo único. A designação do/a docente orientador/a deverá ser realizada a partir de análise e discussão dos memoriais dos/as discentes em reunião do Colegiado do Curso.

Art.19 Somente docentes permanentes credenciados no ProfEPT poderão atuar na orientação de discentes do ProfEPT.

§ 1º. É facultada ao/à discente, a mudança de orientador/a, mediante justificativa submetida à aprovação do Colegiado do Curso.

§ 2º. A troca de orientador/a é entendida como uma solicitação de exclusão e de inclusão de orientação, devendo ser encaminhada por escrito pelo discente, conforme Guia de Procedimentos e Rotinas Acadêmicas da Pós-Graduação, sendo a solicitação avaliada pelo colegiado do curso que, caso aprovada a mudança, indicará um/a novo/a orientador/a.

Art. 20 São atribuições do/a docente orientador/a:

I. elaborar, de comum acordo com seu/sua orientando/a, o plano de trabalho, que inclui o projeto de pesquisa e a proposta de produto educacional;

II. acompanhar o desempenho do/a discente, orientando-o/a em todas as questões referentes ao bom desenvolvimento de suas atividades;

III. solicitar ao/à Coordenador/a do Curso as providências para a realização do exame de qualificação e para a defesa do Trabalho Final de Curso (TFC), indicando os nomes dos membros da banca examinadora;

IV. participar, na condição de presidente, da banca examinadora de seus(suas) orientandos(as);

V. informar ao Colegiado sobre o desenvolvimento das atividades de orientação.

Art. 21 O/A orientador/a, em acordo com o/a orientando/a, poderá indicar a colaboração de um/a coorientador/a da pesquisa, do quadro de professor/a permanente do ProfEPT, e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo único. O nome do/a coorientador/a deverá constar no Requerimento para defesa de TFC, como membro efetivo.

Art. 22 Ao/À coorientador/a incumbe colaborar com o/a orientador/a no desenvolvimento das atividades de orientação, em todas as etapas que for necessário sua participação, até a redação da dissertação e do produto educacional, bem como de possíveis artigos científicos resultantes dos trabalhos finais.

CAPÍTULO IV DO COLEGIADO

Art. 23 O Colegiado do Curso é composto pela totalidade dos docentes permanentes que compõe a IA Ifes - Campus Vitória, por um/a representante discente e seu/sua suplente (eleitos/as pelos seus pares), sendo presidido pelo coordenador acadêmico local ou pelo coordenador adjunto, em caso de ausência do titular, de acordo com as competências estabelecidas neste Regulamento.

Art. 24 O Colegiado do Curso é constituído pelos seguintes membros:

- I. Coordenador/a do curso, como presidente;
- II. Coordenador/a Adjunto/a, que corresponde ao Vice-Coordenador/a, cuja função é de auxiliar na coordenação do curso e substituir o/a coordenador/a, quando necessário;
- III. Todos/as os/as professores/as permanentes do Curso.
- IV. 02 (dois) representantes do corpo discente que estejam regularmente matriculados neste Curso, sendo um/a titular e outro/a suplente.

Parágrafo único. O mandato do/a presidente do Colegiado do curso é de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais 01 (um) mandato. O mandato dos representantes discentes é de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução por mais (01) um mandato.

Art. 25 São atribuições do Colegiado do Curso:

- I. coordenar a organização e execução de todas as ações e atividades do Curso de Mestrado do ProfEPT, visando à sua excelência acadêmica e administrativa;
- II. representar, na pessoa do Coordenador Acadêmico Local, o ProfEPT junto aos órgãos da Instituição Associada e à sociedade onde está inserida;
- III. coordenar a aplicação local do Exame Nacional de Acesso (ENA);
- IV. propor, a cada período, a programação acadêmica local;
- V. designar os/as docentes das disciplinas locais, dentro do seu corpo docente;
- VI. coordenar o processo de designação dos/as docentes orientadores/as e coorientadores/as;
- VII. propor à Comissão Acadêmica Nacional credenciamento, recondução e descredenciamento de membros de seu corpo docente;

- VIII.** organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas, a serem realizadas no âmbito do ProfEPT;
- IX.** propor projetos de pesquisa e ações de extensão articuladas à Área de Concentração e às Linhas de Pesquisa do ProfEPT;
- X.** decidir sobre solicitações de trancamento e cancelamento de disciplinas;
- XI.** manter atualizados os dados acadêmicos nos sistemas locais e nacionais;
- XII.** coordenar os processos para realização das qualificações e defesas de Trabalhos Final de Curso;
- XIII.** acompanhar o processo de emissão de declarações, históricos e diplomas pela Instituição Associada;
- XIV.** elaborar e encaminhar, ao Comitê Gestor, relatórios anuais de gestão sobre suas atividades.

CAPÍTULO V

DO/A COORDENADOR/A E VICE-COORDENADOR/A

Art. 26 O coordenador acadêmico local e o vice-coordenador/a são docentes permanentes do ProfEPT, eleitos a partir da escolha entre seus pares, no âmbito da IA Ifes – Campus Vitória, cujo período do mandato é de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais um mandato elegível.

Parágrafo único. Após emitida a Portaria de Nomeação do Coordenador Local pela IA Ifes – Campus Vitória, cabe a essa IA encaminhá-la ao Comitê Gestor e à Comissão Acadêmica Nacional.

Art. 27 São atribuições do/a Coordenador/a do Curso:

- I.** encaminhar, junto ao Colegiado do Curso, todas as ações administrativas e didático-pedagógicas do curso;
- II.** organizar a aplicação local do Exame Nacional de Acesso (ENA);
- III.** encaminhar junto à Coordenação Acadêmica Nacional o credenciamento e descredenciamento de docentes;
- IV.** encaminhar, junto ao Colegiado do Curso, solicitações dos/as discentes que afetem sua situação acadêmica (trancamento de matrícula, cancelamento de disciplinas, etc.);
- V.** coordenar os processos para realização dos Exames de Qualificação e Trabalho Final de Curso (TFC);
- VI.** coordenar e encaminhar ao Comitê Gestor o relatório anual de atividades.

CAPÍTULO VI

DO/A CORPO DISCENTE

Art. 28 Os/As discentes regularmente matriculados no ProfEPT na IA Ifes – Campus Vitória farão parte do corpo discente regular de pós-graduação dessa Instituição, à qual cabe emitir o Diploma

de Mestre/a em Educação Profissional e Tecnológica, uma vez cumpridos todos os requisitos para a conclusão deste Curso.

§ 1º. Em hipótese alguma, serão autorizadas as transferências de estudantes de uma Instituição Associada para outra.

§ 2º. Não será admitida matrícula especial de estudantes externos/as em disciplinas do ProfEPT.

Art. 29 O discente do Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica deve ter um orientador/a credenciado/a no ProfEPT e deve estar regularmente matriculado no Ifes.

Art. 30 Constituem-se deveres do discente:

- I. possuir, no mínimo, 75% de frequência nas disciplinas e atividades do ProfEPT;
- II. elaborar um projeto de pesquisa articulado a uma das linhas de pesquisa do ProfEPT;
- III. apresentar o exame de qualificação dentro do prazo definido pelo ProfEPT;
- IV. elaborar e defender o Trabalho Final de Curso dentro do prazo estabelecido pelo ProfEPT;
- V. apresentar comprovante de submissão ou aceite ou publicação de trabalho completo em anais de eventos ou de artigo, em periódico indexado, ou capítulo de livro qualificado na área de concentração em EPT, em coautoria com seu/sua orientador/a, relacionado ao trabalho desenvolvido no curso;
- VI. manter o currículo Lattes atualizado;
- VII. após defesa e aprovação pela banca, entregar o Trabalho Final de Curso devidamente corrigido e aprovado pelo/a orientador/a: na Biblioteca do Ifes – Campus Vitória conforme regras e formato estabelecidos; na Coordenação do Curso para disponibilização na página do ProfEPT; bem como serem depositados em repositório de acesso aberto e posterior inclusão na Plataforma Sucupira.

Art. 31 O/A discente do curso de Mestrado deve ter um programa de estudos elaborado a cada semestre em conjunto com o/a seu/sua orientador/a e, se for o caso, coorientador/a.

CAPÍTULO VII

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 32 A organização curricular, detalhada no Anexo I deste Regulamento, prevê 480 (quatrocentos e oitenta) horas de atividades didáticas, correspondentes a 32 (trinta e dois) créditos, assim distribuídos:

- I. Disciplinas obrigatórias: 18 (dezoito) créditos ou 270 (duzentas e setenta) horas;
- II. Disciplinas obrigatórias de orientação: 8 (oito) créditos ou 120 (cento e vinte) horas;
- III. Disciplinas eletivas: 6 (seis) créditos ou 90 (noventa) horas.

Art. 33 O Curso tem duração de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da primeira matrícula, podendo ser ampliado em casos excepcionais, a critério do Colegiado do Curso, até, no máximo, 30 (trinta) meses.

Art. 34 As disciplinas obrigatórias serão ministradas na modalidade presencial, sob a forma de

preleções, seminários, discussões em grupo, trabalhos práticos ou outros procedimentos didáticos e as disciplinas eletivas serão ministradas na modalidade EaD e poderão ser cursadas em qualquer uma das IAs que pertencem à RFEPCT que compõe o ProfEPT.

CAPÍTULO VIII

DA ADMISSÃO E DA MATRÍCULA

Art. 35 A admissão de discentes ao ProfEPT se dá por meio de Exame Nacional de Acesso (ENA).

§ 1º O ENA consiste em um único exame, realizado 01 (uma) vez por ano, simultaneamente nas Instituições Associadas.

§ 2º A seleção dos/as discentes aprovados/as se dá pela classificação dos/as candidatos/as no ENA, consideradas separadamente as ofertas de vagas para cada Instituição Associada.

§ 3º. Em casos excepcionais que envolvam estado de risco de contágio devido à pandemia, sem a aplicação de vacina imunizante em toda a população, a Comissão responsável pelo Certame poderá adotar outros critérios de seleção dos/as candidatos/as, além do previsto no Caput, podendo inclusive adotar o critério de sorteio, desde que outros processos de avaliação por mérito se mostrem inviáveis de forma justificada.

Art. 36 Podem matricular-se no ProfEPT diplomados em cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, em qualquer área, que tenham sido aprovados no Exame Nacional de Acesso (ENA).

Art. 37 Deverão ser observadas as normas e regulamentações sobre as ações afirmativas, definidas em edital e em consonância com o estabelecido na regulamentação dos cursos de Pós-Graduação do Ifes.

Parágrafo único: as vagas destinadas às pessoas com deficiência e aos que autodeclararem negros (pretos ou pardos) e indígenas serão providas na forma das Resoluções do Conselho Superior do Ifes nº 10, de 27 de março de 2017 e nº 61 de 13 de dezembro de 2019, ou equivalentes, que regulamentam a adoção de ações afirmativas nos cursos e Programas de Pós-Graduação do Ifes.

Art. 38 Os/As candidatos/as aprovados/as no Exame Nacional de Acesso deverão realizar a matrícula em data, horário e local a serem divulgados pela Coordenação do Curso, conforme Calendário Acadêmico da Pós-Graduação do Ifes – Campus Vitória.

§1º Os/As candidatos/as aprovados/as que não efetuarem matrícula em data, horário e local estabelecidos perderão a vaga, gerando a convocação de candidatos/as suplentes, por ordem de classificação, que serão notificados pela IA.

§2º As matrículas dos/as candidatos/as aprovados/as serão realizadas junto à Coordenadoria de Registros Acadêmicos – Superior (CRA-S) do Ifes – Campus Vitória.

Art. 39 No ato da matrícula, os/as candidatos/as aprovados/as deverão atender integralmente às informações prestadas na inscrição em relação à reserva de vagas e cotas, declarando sua aceitação às regras do Programa e mediante entrega da documentação estabelecida pelo Ifes.

Art. 40 Será desligado/a do curso o/a discente que deixar de renovar sua matrícula no prazo determinado pelo Calendário Acadêmico da Pós-Graduação do Ifes – Campus Vitória.

CAPÍTULO IX

DO TRANCAMENTO E DO DESLIGAMENTO

Art. 41 Em casos excepcionais e somente após a conclusão do primeiro período, o/a discente poderá requerer o trancamento de sua matrícula com plena cessação das atividades acadêmicas, mediante solicitação e justificativa devidamente formalizadas e apreciadas pelo Colegiado do Curso.

§1º. O período de trancamento da matrícula não será computado para efeito de integralização do tempo máximo do/a discente no Curso.

§2º. O/A discente poderá solicitar somente 01 (um) trancamento de matrícula durante o Curso, sendo que o prazo não poderá ser superior a 06 (seis) meses.

§3º. No caso do impedimento de cursar o mestrado no primeiro semestre letivo, o/a discente será desligado/a do Curso de Mestrado.

§4º Durante a vigência do período de trancamento, o/a discente não fará jus a bolsa de estudos.

Art. 42 O trancamento de matrícula deverá ser solicitado pelo/a discente por meio de requisição ao Protocolo Acadêmico, conforme Guia do Estudante de Pós-Graduação do Ifes Campus Vitória, apresentando:

- I. os motivos da solicitação documentalmente comprovados, prazo pretendido e data de início do trancamento;
- II. parecer circunstanciado do/a orientador/a, dirigido ao/à coordenador/a, manifestando-se a respeito do pedido.

Art. 43 O/A discente será desligado/a do Curso nas seguintes situações:

- I. com mais de (01) uma reprovação em quaisquer disciplinas obrigatórias do curso;
- II. em caso de segunda reprovação no Exame de Qualificação;
- III. ultrapassar o prazo máximo de permanência no curso;
- IV. descumprir os prazos previstos neste Regulamento;
- V. em caso de reprovação no Trabalho Final de Curso, conforme parágrafo único do Art. 60;

Art. 44 Na eventualidade de um/a discente desejar reingressar no curso após o desligamento, só poderá fazê-lo por meio de novo processo de seleção pública de acordo com os procedimentos previstos em edital, respeitadas as normas específicas vigentes no Ifes.

CAPÍTULO X

DA AVALIAÇÃO E DO APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS

Art. 45 O Rendimento em cada disciplina será avaliado pelo docente responsável e expresso mediante os critérios estabelecidos neste Regulamento.

- I. as atividades didáticas, devidamente registradas no sistema acadêmico, serão avaliadas com atribuição de nota de 0 (zero) até 100 (cem).

II. nas disciplinas obrigatórias, realizadas de forma presencial, para ser aprovado/a, o/a discente deverá apresentar um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e 60 (sessenta) pontos de nota.

III. nas disciplinas eletivas, realizadas a distância, para ser aprovado/a, o/a discente deverá participar efetivamente das atividades previstas na sala de aula virtual e obter o mínimo de 60 (sessenta) pontos de nota.

Art. 46 As disciplinas eletivas poderão ser cursadas em qualquer uma das IAs que pertencem à RFEPCT que compõem o ProfEPT.

Parágrafo único. Em caso de realizar disciplina/s eletiva/s em outra IA, cabe ao/à discente solicitar ao coordenador do Curso, as orientações para o aproveitamento da/s disciplina/s.

Art. 47 É vedado o aproveitamento de disciplinas cursadas em outros programas de Mestrados.

Art. 48 Aos/Às discentes com necessidades específicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), Decreto nº 5626/2005 (dispõe sobre Libras), Portaria MEC nº 3.284/2003 (acessibilidade) e Resoluções Ifes CS nº 34 e 55/2017 (Atendimento a alunos com necessidades específicas), ou equivalentes, será garantido pelo campus Vitória, com apoio da coordenação do curso e do Napne.

Parágrafo único. Serão disponibilizados instrumentos avaliativos, em formatos acessíveis, para atendimento às necessidades específicas do/a discente com deficiência.

CAPÍTULO XI

DO REGIME ESPECIAL DE ATENDIMENTO DOMICILIAR

Art. 49 O regime domiciliar concede ao discente o direito de realizar atividades – relacionadas aos conteúdos ministrados nas disciplinas nas quais está regularmente matriculado – em espaço diverso, quando houver impedimento de frequência às aulas, sem prejuízo à sua vida acadêmica.

Parágrafo único. Durante o período de regime domiciliar, o/a discente terá as suas faltas registradas e ao final do período, as faltas serão justificadas pelo setor responsável.

Art. 50 Terá direito ao regime domiciliar o/a discente que necessitar se ausentar das aulas por um período igual ou superior a 15 (quinze) dias e inferior a 45 (quarenta e cinco) dias, nos seguintes casos:

I. ser portador de doença infectocontagiosa;

II. necessitar de tratamento prolongado de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio;

III. necessitar acompanhar parentes de primeiro grau com problemas de saúde, quando comprovada a necessidade de assistência intensiva.

§1º. A aluna gestante terá direito a 90 (noventa) dias de regime de exercícios domiciliares a partir do oitavo mês de gestação, desde que seja apresentada a devida comprovação médica.

§2º. Os 90 (noventa) dias de afastamento da aluna gestante não serão computados no prazo final de conclusão do curso.

§3º. O regime domiciliar será efetivado mediante atestado médico, visado pelo médico do

Campus Vitória, quando houver.

§4º. O atestado médico deverá ser apresentado ao setor médico (Coordenadoria Ambulatorial) em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após iniciado o impedimento.

§5º. O/A discente e/ou seu/sua representante legal deverá requerer o regime domiciliar via Protocolo Acadêmico à Coordenação do Programa.

Art. 51 O regime domiciliar não tem efeito retroativo caso a solicitação seja feita após o prazo de 72 (setenta e duas) horas após o início do impedimento.

Art. 52 Em caso de deferimento ao Regime Especial de Atendimento Domiciliar, compete à Coordenação do Curso fazer a comunicação aos/às docentes do curso solicitando o encaminhamento de tarefas acadêmicas ao/à discente.

Art. 53 As atividades propostas poderão ser realizadas com a utilização de ferramentas de EaD.

CAPÍTULO XII

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 54 O Exame de Qualificação consiste na apresentação e defesa do projeto de Trabalho Final de Curso, que deverá contemplar, necessariamente, o processo crítico e analítico da proposta de pesquisa e Produto Educacional.

§ 1º. Trata-se de um texto no qual é preciso constar: a explicitação e justificativa do tema e problema de pesquisa; os objetivos do trabalho; e os referenciais teóricos, bem como o plano de desenvolvimento do Produto Educacional pretendido.

§ 2º. O Exame de Qualificação deverá ser realizado entre 8 (oito) e 14 (catorze) meses, a partir do início do Curso.

§ 3º. O pedido de prorrogação de prazo para a realização do Exame de Qualificação deverá ser encaminhado ao Colegiado do Curso, que analisará a solicitação mediante a justificativa apresentada pelo não cumprimento do prazo e proposta de cronograma para a conclusão do curso.

§ 4º. A Banca de Exame de Qualificação deverá ser constituída de, no mínimo, 03 (três) membros/as com título de doutor/a, sendo o/a orientador/a o/a presidente, um/a membro/a interno/a do Programa e um/a membro/a externo/a ao Programa, garantindo a diversidade de instituições na composição da Banca.

§ 5º. Membros do ProfEPT de outras IAs são considerados membros internos/as ao Programa.

§ 6º. Para o Exame de Qualificação, serão atribuídas as menções aprovado ou reprovado.

§ 7º. No caso de reprovação no Exame de Qualificação, o/a discente terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para se submeter a um novo exame e, em caso de nova reprovação, será desligado/a do Programa.

§ 8º Caso um dos membros da banca que não esteja presente no dia do Exame de Qualificação, a sua participação ocorrerá por meio de Telepresença e/ou Parecer escrito, que será lido pelo(a) Presidente da Banca examinadora durante seus trabalhos, conforme Guia de Procedimentos e Rotinas Acadêmicas da Pós-Graduação.

Art. 55 O/A discente deverá informar no Relatório de Qualificação sobre a submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP).

CAPÍTULO XIII

DA DEFESA DE TRABALHO FINAL DE CURSO (TFC)

Art. 56 O Trabalho Final de Curso e o Produto Educacional desenvolvidos terão sua validação realizada por meio de uma banca examinadora.

Parágrafo único. O Produto Educacional deverá ser avaliado pela Banca Examinadora em ficha específica do ProfEPT, conforme critérios da Área de Ensino da Capes.

Art. 57 Os critérios de avaliação dos Trabalhos Final de Curso são definidos pelo Colegiado do Curso, obedecendo aos critérios de avaliação da Área de Ensino, bem como a regulamentação do ProfEPT.

§ 1º. O Trabalho Final de Curso, no formato de dissertação, deverá envolver um relato descritivo e analítico da pesquisa, da elaboração e aplicação do Produto Educacional, respaldado no referencial teórico-metodológico escolhido, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino.

§ 2º. A realização da investigação e elaboração do Produto Educacional deve ser acompanhada pelo/a respectivo/a orientador/a, sendo o Produto Educacional aplicado em espaços reais do contexto da pesquisa, avaliado pelos/as participantes dela e/ou especialistas na temática e validado pela Banca Examinadora final.

§ 3º. Os/As discentes do ProfEPT deverão realizar pesquisas de Processos e Produtos Educacionais para atender às demandas sociais, exclusivamente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e, prioritariamente, Técnica de Nível Médio, podendo, também, considerar o Ensino Superior, desde que associado ao ensino e à aprendizagem em EPT em espaços formais e não formais, conforme preconiza a Área de Ensino.

Art. 58 Para que seja marcada a defesa de Trabalho Final de Curso, o/a discente deverá:

- I. ter concluído as disciplinas previstas no Itinerário Formativo do ProfEPT, conforme Anexo I;
- II. apresentar comprovante de submissão ou aceite ou publicação de trabalho completo em anais de eventos ou de artigo, em periódico indexado, ou capítulo de livro qualificado na área de concentração em EPT, em coautoria com seu/sua orientador/a, relacionado ao trabalho desenvolvido no curso;
- III. ter sido aprovado/a no Exame de Qualificação.

Parágrafo único. O/A discente que não atender aos critérios estabelecidos nos incisos do Art. 58 não terá a banca marcada e ficará sujeito ao prazo máximo previsto pelo Art. 33 deste Regulamento.

Art. 59 A banca do Trabalho Final de Curso e Validação do Produto Educacional deverá ser constituída de, no mínimo, três membros/a com título de doutor/a, sendo o/a orientador/a o/a presidente, um/a membro/a interno/a do Programa e um/a membro/a externo/a ao Programa, garantindo a diversidade de instituições na composição da banca.

§ 1º. Para o Trabalho Final de Curso serão atribuídas as menções: aprovado sem restrições, aprovado devendo fazer as alterações sugeridas pela banca no prazo máximo de 90 (noventa)

dias ou reprovado.

§ 2º. A defesa do Trabalho Final de Curso deverá ser realizada num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por um período de até 6 (seis) meses.

§ 3º. O pedido de prorrogação de prazo para a conclusão deverá ser encaminhado pelo discente ao Colegiado do Curso, acompanhado de parecer do orientador, que analisará a solicitação mediante a justificativa apresentada pelo não cumprimento do prazo e a considerar a proposta de cronograma para a conclusão do Curso.

§ 4º É de responsabilidade do Orientador/a, o encaminhamento da solicitação dos documentos necessários à realização da Defesa de Mestrado e do mestrando/a, o encaminhamento da dissertação e o produto educacional, à Banca Examinadora.

§5º Caso um dos membros da banca que não esteja presente no dia da Defesa de TFC, a sua participação ocorrerá por meio de Telepresença e/ou Parecer escrito, que será lido pelo(a) Presidente da Banca examinadora durante seus trabalhos, conforme Guia de Procedimentos e Rotinas Acadêmicas da Pós-Graduação.

Art. 60 O/A discente terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da defesa, para realizar as modificações recomendadas pela banca e entrega da versão final do Trabalho Final de Curso e do Produto Educacional.

Parágrafo único. No caso de reprovação no Trabalho Final de Curso, o/a discente terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para se submeter a um novo exame e, em caso de nova reprovação, será desligado/a do Programa.

CAPÍTULO XIV

DA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE

Art. 61 O grau de mestre será concedido ao/à discente, quando:

I. atender todas as exigências do Regulamento Geral do ProfEPT, do Regulamento da Organização Didática dos Cursos Pós-graduação do Ifes e deste Regulamento;

II. totalizar os 32 (trinta e dois) créditos, previstos no Art. 32 deste Regulamento;

III. ser aprovado/a no Exame de Qualificação;

IV. ter seu Trabalho Final de Curso-aprovado;

V. depositar o Trabalho Final de Curso e do Produto Educacional em sua versão digital, dentro das normas de padronização exigidas pela Instituição, na biblioteca do campus Vitória, juntamente com o Termo de Autorização para publicação (exceto em casos excepcionais), no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data da defesa, observando as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos do Ifes;

VI. encaminhar a Dissertação e o Produto Educacional, em suas versões digitais, à Coordenação do Curso;

VII. apresentar os comprovantes de nada consta, emitidos pela biblioteca, na Coordenação do Curso.

Art. 62 Os Produtos Educacionais, após a validação da banca examinadora, deverão ter registro, tais como ISBN, DOI, Registro de Patente, registro de software e/ou outro como forma de

cumprimento da exigência de registro definida nos critérios da Área de Ensino, bem como serem depositados em repositório de acesso aberto (Repositório Institucional, Observatório do ProfEPT e Educapes).

Art. 63 O/A discente após cumprido os requisitos constantes no Art. 61, requererá a Declaração de Quitação ao/à Coordenador/a do Curso, com anuência do/a orientador/a, para solicitar seus documentos finais: declaração de conclusão de curso, histórico final e diploma.

Art. 64 O/A mestrando/a que não cumprir todos os requisitos do Art. 61 será desligado/a do Programa e não fará jus ao recebimento do diploma.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, com possibilidade de recurso à Comissão Acadêmica Nacional.

Art. 66 Este regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e homologado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Ifes, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I
DISCIPLINAS E ITINERÁRIO FORMATIVO

1) PERCURSO FORMATIVO

1.1 O itinerário formativo do ProfEPT está organizado em 4 (quatro) semestres com a distribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Percorso formativo

SEMESTRE 1			
Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória	4
2	Metodologia de Pesquisa	Obrigatória	4
3	Seminário de Pesquisa	Obrigatória	2
SEMESTRE 2			
Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem	Obrigatória	4
2	Obrigatória da Linha 1: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica Obrigatória da Linha 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória	4
3	Redação de Projeto de Pesquisa	Obrigatória/Orientaã o	2
SEMESTRE 3			
Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Prática de Pesquisa Orientada	Obrigatória/Orientaã o	4
2	Eletiva 1	Eletiva	2
3	Eletiva 2	Eletiva	2
4	Eletiva 3	Eletiva	2
SEMESTRE 4			
Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Prática de Ensino Orientada	Obrigatória/Orientaã o	2
TOTAL DE CRÉDITOS			32

2) ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.1 As disciplinas que compõem o currículo do ProfEPT (Quadro 1) estão organizadas e serão ofertadas da seguinte forma:

- a)** Disciplinas Obrigatórias: serão realizadas na modalidade presencial, podendo ter parte a distância (até 30%).
- b)** Disciplinas Eletivas: serão realizadas, na modalidade a distância, visando à oferta de disciplinas de uma IA para estudantes de outras IA, sendo ofertadas em ambiente virtual de aprendizagem do Ifes.
- c)** As disciplinas eletivas poderão ser cursadas em qualquer uma das Instituições Associadas, devendo a IA de origem do/a discente realizar o processo de aproveitamento da disciplina.
- d)** As disciplinas eletivas não possuem pré-requisito e são propostas de forma a atender as duas linhas de pesquisa, devendo contribuir especificamente com a temática do mestrando, a partir da indicação do respectivo orientador.
- e)** A organização da oferta das disciplinas eletivas é coordenada pela Comissão Acadêmica Nacional.
- f)** Cada IA deve ofertar o mínimo de 3 (três) disciplinas eletivas no terceiro período do itinerário formativo de cada turma e, pelo menos, 1 (uma) disciplina eletiva no segundo período do itinerário formativo de cada turma.
- g)** A oferta da disciplina “Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica” deve ser aprovada na respectiva Comissão Acadêmica Local, registrada em ata a ser encaminhada à Comissão Acadêmica Nacional como condição para a oferta.
- h)** O/A estudante poderá cursar mais de uma disciplina de Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica, devido ao caráter aberto de sua ementa, o que faz com que seu conteúdo seja diferenciado a cada oferta. Caso o/a estudante tenha optado por cursar duas ou três disciplinas de Tópicos, dentre as eletivas ofertadas, para fins de registro em seu histórico escolar, a Instituição Associada fica autorizada a proceder ao registro de Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica I, Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica II e, se necessário, Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica III.
- i)** Disciplinas Orientação: de caráter obrigatório, serão realizadas presencialmente ou a distância, a partir de acordo entre orientador/a e orientandos/as, mantendo registro acadêmico de cada encontro, bem como seguindo a sequência obrigatória e os pré-requisitos descritos neste item.
- j)** No segundo período do Curso, o discente deverá cursar a Disciplina Obrigatória relativa à Linha de Pesquisa ao qual seu Projeto de Pesquisa está vinculado, assim como o/a respectivo/a orientador/a.
- k)** Durante a disciplina de Redação de Projeto, tão logo o/a orientador/a compreenda que há um projeto possível de ser enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP¹, via Plataforma Brasil, é recomendado que proceda este envio, devido aos prazos praticados pelo CEP para aprovação das pesquisas.

1 Toda a pesquisa que envolve seres humanos deve ser aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

l) Para realizar o Exame de Qualificação, é necessário que o/a estudante tenha integralizado as disciplinas obrigatórias do primeiro período.

m) Para fins de manutenção do vínculo do/a estudante com a Instituição Associada, em caso de solicitação de prorrogação de tempo para a conclusão do Mestrado, que tenha sido aprovada pela Comissão Acadêmica Local, fica autorizada a IA a criar a disciplina de Prática de Ensino Orientada II, de caráter não obrigatório, que terá ementa igual à de Prática de Ensino Orientada I, considerando-se esse tempo adicional necessário para algumas das investigações realizadas no âmbito do ProfEPT.

3) PRODUTO EDUCACIONAL E TRABALHO FINAL CURSO

a) O/A estudante terá o acompanhamento de um/a orientador/a para a realização de seu trabalho final de curso, sendo admitida a indicação de um/a coorientador/a que contribua com este processo. Ambos/as, orientador/a e coorientador/a, devem pertencer ao quadro permanente do ProfEPT.

b) O Produto Educacional deve ser planejado, desenvolvido e aplicado em espaços reais do contexto da pesquisa, momento no qual deverá ser avaliado pelos/as participantes da pesquisa.

c) Os dados emanados da avaliação do Produto Educacional pelos/as participantes deverão ser analisados posteriormente pelo/a mestrando/a, constando no TFC.

d) Considera-se que a validação final do Produto Educacional se dá na Banca de Defesa de Trabalho Final de Curso, tendo como referência a Ficha de Avaliação do Produto Educacional.

e) Todos os Produtos devem estar focados na melhoria dos processos relacionados nas Linhas de Pesquisa e nos Macroprojetos, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, seja em seus ambientes formais ou não formais.

f) Pela identidade do Curso, considera-se bastante relevante que seja produzido um grande número de trabalhos com o foco no Currículo Integrado e no Ensino Médio Integrado, como forma de fortalecimento e de identidade da Rede, por ambas as linhas de pesquisa, pensando em práticas em EPT ou memórias e/ou organização dos espaços em EPT.

g) O modelo de formatação do Trabalho Final de Curso corresponde ao da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

h) A IA e o/a orientador/a poderão autorizar extensões e modelos mais adequados às particularidades demandadas pelo trabalho.

4) ESTÁGIO EM DOCENCIA

4.1 Programa de Estágio Docente (PED) - É um estágio não obrigatório, oferecido no formato de um programa institucional, que tem como objetivo aperfeiçoar, para o exercício da docência, os discentes da pós-graduação lato sensu e stricto sensu do Ifes que queiram, de forma remunerada ou voluntária, participar do Programa, sob a orientação e responsabilidade de um docente da Instituição, portador do título de doutor. Programa de Estágio Docente (PED) é regulamentado pela Resolução Consup/Ifes nº 72/2021

5) ESTÁGIO POS DOUTORAL

5.1 O Programa de Estágio Pós-Doutoral em Educação Profissional e Tecnológica (Pós-DocProfEPT) segue as definições da Resolução do Conselho Superior nº 59/2019, que criou a modalidade de Programa de Estágio de Pós-Doutoral com ou sem concessão de bolsa de estudo no âmbito dos

Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal do Espírito Santo, ou a que vier substituí-la, e é regido pelo Regulamento do Programa de Estágio Pós-Doutoral em Educação Profissional e Tecnológica do Ifes - Campus Vitória.

6) EMENTAS

6.1 Disciplinas Obrigatórias

<p>Disciplina:</p> <p>Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica</p>	<p>Carga Horária: 60 horas</p>
<p>Ementa:</p> <p>A busca da rearticulação entre trabalho e educação para uma formação humana integral ou omnilateral. As mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências formativas dos trabalhadores em uma perspectiva de emancipação dos sujeitos. O trabalho como princípio educativo. Trabalho simples e trabalho complexo. A relação entre o ambiente acadêmico/escolar e o setor produtivo: os desafios de superação do capitalismo dependente brasileiro. O ensino médio integrado como travessia para a politecnicidade ou educação tecnológica.</p>	<p>Nº de Créditos: 4</p>
<p>Bibliografia:</p> <p>ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. 6ª edição. São Paulo: Contracorrente, 2020.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.</p> <p>MANACORDA, Mário A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artmed, 1990.</p> <p>MACHADO, Lucília R. S. A politecnicidade nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568. Acesso em 28 out.2022.</p> <p>MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.</p>	

MÉSZÁRÓS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/o-mercado-do-conhecimento-e-o-conhecimento-para-o-mercado-da-forma%C3%A7%C3%A3o-para-o-trabalho-complexo-no>. Acesso em 28 out. 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2022.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 15-45.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. Disponível em: <https://portaltrabalho.files.wordpress.com/2015/03/sobre-a-concepcao-de-politecnia.pdf>. Acesso em 28 out. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

Disciplina: Metodologia de Pesquisa	Carga Horária: 60 horas
	Nº de Créditos: 4
Ementa: Ciência e senso comum. Pesquisa em Educação. Características da pesquisa em Mestrados Profissionais na área de Ensino. Métodos e técnicas de pesquisa em ensino. Estruturação de projetos e elaboração de relatórios de pesquisa. Produto educacional. Ética na pesquisa.	
Bibliografia: BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo . Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016. MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da Pesquisa em Educação : Abordagens Qualitativas Quantitativas. São Paulo: Edições 70, 2021. ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo R. Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonidade . Curitiba: CRV, 2020. DEMO, Pedro . Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2012 . GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 7ed. São Paulo: Atlas, 2022.	

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ed. São Paulo: E.P.U., 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. DAV — Diretoria de Avaliação. Documento de Área. Área 46: Ensino. 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ed. São Paulo: Cortez, 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2022.

eBook Kindle

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: Teoria e Prática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Disciplina: Seminário de Pesquisa	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Mestrado profissional, regulamentação, avaliação e área de concentração. Linhas de pesquisa em EPT, temáticas e grupos de pesquisa. Memorial, trajetória pessoal, profissional e motivação inicial do tema de pesquisa. Concepções e tipos de produtos educacionais. Temas atuais de interesse em EPT.	
Bibliografia: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. Diálogo Educacional , Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823-841, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.17.052.AO06 . BRASIL. Portaria nº 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Diário Oficial da União . Seção 1 . Nº 56, 22 mar. 2019. Disponível em: in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/do1-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790 . Acesso em: 20 mar. 2020. BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Documento de área-Ensino . 2016. Disponível em:	

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf

ESCOTT, Clarice Monteiro; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Saberes específicos e produção de conhecimento no PROFEPT - Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 53, p. 332-347, 2021. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6096>

MARQUEZAN, Lorena Peterini.; SAVEGNAGO, Cristiano Lanza. O mestrado profissional no contexto da formação continuada e o impacto na atuação dos profissionais da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, SP, v. 6, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654993>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MENDONÇA, Andréa Pereira et al. O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, p. e211422-e211422, 2022. <https://doi.org/10.31417/educitec.v8.2114>.

PASQUALLI, Roberta; DE APARECIDO VIEIRA, Josimar; CASTAMAN, Ana Sara. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 4, n. 07, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31417/educitec.v4i07.302>.

RIZZATTI, Ivanise Maria et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>.

Artigos científicos da área de ensino e de educação de periódicos pertencentes ao Qualis da CAPES.

Livros conceituados que servirão para fomentar os estudos realizados pelo aluno de mestrado.

Jornais e revistas de divulgação científica com reportagens e artigos da atualidade.

Disciplina obrigatória apenas para a Linha Práticas Educativas em EPT:	Carga Horária: 60 horas
Práticas Educativas na Educação Profissional e Tecnológica	Nº de Créditos: 4
Ementa: Fundamentos da organização dos trabalhos pedagógicos na EPT. Tendências do ensino e da aprendizagem na EPT. Práticas pedagógicas dialógicas, diversidade e diferenças na EPT. Saberes necessários à prática docente na EPT. Planejamento do ensino na EPT, objetivos, tipologias de conteúdos, metodologias de ensino e avaliação.	

Bibliografia:

ALVES, Diego dos Santos; MELO, Beatriz Medeiros de. **A questão quilombola no currículo da EPT: por uma educação omnilateral.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 5 n. Especial (2021): Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais na composição da EPT, p. 124-148. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v5iEspecial.1109>

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2017.

CARBONELL, Jaume. **Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa.** 3a. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** São Paulo: Cortez, 2018.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade.** Salvador: UFBA, 2018. Disponível em https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UFBA.pdf

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Edição especial. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FRIEDRICH, Janette. **Lev Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento, uma leitura filosófica e epistemológica.** São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (org.). **Didática profissional: princípios e referências para a Educação Profissional.** Publicações do IFSC, 2019.

<https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1992. Disponível em:

https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/tendencias_pedagogicas_libaneo.pdf

LIBÂNEO, José Carlos. Metodologias ativas: a quem servem? nos servem? In: LIBÂNEO, José Carlos; ROSA, Sandra Valéria Limonta; ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa (Orgs.). **Didática e formação de professores: embates com as políticas curriculares neoliberais.** Goiânia: Cegraf UFG, 2022, p. 38-46.

LUKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

NOGUEIRA, Gisele Carvalho da Silva; DIMAS, Carina Silva Rangel. Aplicação da teoria da aprendizagem significativa na abordagem dos temas contemporâneos transversais. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e**

Tecnológica, v. 5, nº 1, 2021.

OLIVEIRA, Luiz F; CANDAU, Vera M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 dez 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**. Porto Alegre: Penso, 1998.

Disciplina obrigatória apenas para a Linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da EPT:	Carga Horária: 60 horas
Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica	Nº de Créditos: 4
Ementa: Organização dos espaços educativos da Educação Profissional e Tecnológica, no que se refere à pesquisa, ao ensino, à extensão e à gestão, em espaços formais e não formais, bem como as suas interações com o mundo do trabalho e a sociedade. Planejamento, avaliação e gestão democrática na EPT. Memórias da EPT local, regional e nacional.	
Bibliografia: ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro . Tradução de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: das Letras, 2013. BARBOSA, Xênia de Castro; SILVA, Thiago de F. Reflexões sobre as memórias da EPT : apontamentos teóricos-metodológicos e panorama das pesquisas desenvolvidas no ProfEPT (2019-2021). In: Cláudio Nei Nascimento da Silva; Daniele dos Santos Rosa; Marcos Ramon Gomes Ferreira. (Org.). A Metodologia da Pesquisa em EPT . Brasília: Grupo Nova Paideia, 2022,	

v. 1, p. 88-122.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História** (edição crítica). Tradução: Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante** – o equívoco da extensão universitária. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, São Carlos, SP. 2021.

CALDART, R. S. et al. **Escola em Movimento**: Instituto de Josué de Castro. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica (CONIF). **Extensão Tecnológica** - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. (Leitura do Capítulo 1 (p.12 a 21). Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensao-tecnologica-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2013.pdf>. Acesso em 07 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PACHECO, E. (Org.) **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Editora Moderna, 2012. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf>. Acesso em: 23 nov 2022.

CAETANO, R.; LOPONTE, L.N. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/site/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em 09 nov. 2022.

CRUZ SOBRINHO, S.; PLÁCIDO, Reginaldo L.; (Org.). **Educação profissional integrada ao ensino médio**. 1. ed. João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/388>.

DE CASTRO, C. A.; PLÁCIDO, R. L.; SCHENKEL, C. A. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i24.44200>

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia de Fábrica**: As relações de produção e a educação do trabalhador. 6ed. São Paulo: Cortez, 2021.

MARKOFF, John. **Democracia**: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 18-50. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/03.pdf>. Acesso em 07 nov. 2021.

MEDEIROS NETA, O. M. de.; CIAVATTA, M. **Fontes para a História da Educação Profissional**: Boletim da CBAI. João Pessoa: Editora Ideia, 2020.

Medeiros Neta, O. M., Pereira, M. de L., Rocha, S. R., & Nascimento, F. de L. S. (2018). **A Educação Profissional nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação**: pontos e contrapontos. *HOLOS*, 4, 172–189, 2018. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.6982>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6982>. Acesso em: 23 nov 2022.

NASCIMENTO, J. M. do. Ensino profissional brasileiro no século XIX: ações assistencialistas e de reeducação pela aprendizagem de ofícios. **História Revista**. Goiânia, v. 25, n. 2, p. 76–98, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i2.63681. Disponível em: <https://docplayer.com.br/220535088-Ensino-profissional-brasileiro-no-seculo-xix-aco-es-assistencialistas-e-de-reeducacao.html>. Acesso em: 22 nov 2022.

NETO, Antônio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia**. 1997, 2(2), 287-312. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a05v02n2.pdf>. Acesso em 07 nov. 2021.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NUMMER, Fernanda Valli; FRANÇA, Maria Cristina C. de C. (orgs.). **Entre ofícios e profissões**: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFPA, 2015.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª edição. São Paulo: Editora Cortês, 2016.

PLÁCIDO, Reginaldo; BENKENDORF, Shyrlei; TODOROV, Denise. Porosidade e permeabilidade: Uma abordagem mesoanalítica em história das instituições escolares a partir da Cultura Escolar. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 4, p. 183–196, 2021. DOI: 10.21166/metapre.v4i.2221. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/2221>. Acesso em: 22 maio. 2022.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

SOUZA, Ruberley Rodrigues de (Org.). **Pesquisa, pós-graduação e inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Goiânia: IFG, 2017. Disponível em: <https://editora.ifg.edu.br/editoraifg/catalog/download/22/18/60-1?inline=1> (Leitura do Capítulo 1 (p.13 a 18). Acesso em 07 nov. 2021.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em:

<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091>. Acesso em: 10 out. 2022.

TIRIBA, Lia; SICHÍ, Bruna. Cios da terra: saberes da experiência e saberes do trabalho associado. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 10, n. 15, june 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6864>. Acesso em 07 nov. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho e escola**: a aprendizagem flexibilizada. Anais da XI Anped

Sul – Reunião Científica Regional da Anped: educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba: UFPR, Curitiba, 2016. Disponível em: www.anpedsul2016.ufpr.br › portal › uploads › 2015/11. Acesso em 07 nov. 2021.

RAMOS, M.N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempo de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 20-43. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado - 13 10 2017.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf). Acesso em 07 nov. 2021.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SANTOS, G.L.; SILVA, A.L. **A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura acadêmica**. Anais EPEC. Editora Realize, 2021. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G. (Orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. São Paulo, Campinas: Papyrus, 2018.

Disciplina: Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem	Carga Horária: 60 horas Nº de Créditos: 4
Ementa: Teorias educacionais e teorias do ensino. Objetivos da educação e mundo contemporâneo. A pedagogia crítica e o embate teórico com as teorias educacionais contemporâneas. Teorias pedagógicas, processos formativos e suas implicações nas práticas educativas na educação profissional e tecnológica.	
Bibliografia: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão , v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723 . Acesso em: 24 out. 2022. CAETANO, Maria Raquel; JÚNIOR, Manoel José Porto; SOBRINHO, Sidinei Cruz (Org.). Educação profissional e os desafios da formação humana integral: concepções, políticas e contradições . Curitiba: CRV, 2021. CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas . São Paulo: Cortez, 2013. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise. (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições . 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.	

GIMENO, Sacristán. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2019 (on-line).

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. **A ação docente na educação profissional**. 2. ed. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2013.

ILLERIS, Knud (Org.) **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso-Artmed, 2012.

LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da Aprendizagem**: O que o professor disse. — São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. 3. Rio de Janeiro LTC 2021. (recurso online).

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2021.

6.2 Orientação/Obrigatórias

Disciplina: Redação de Projeto de Pesquisa	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Desenvolvimento do projeto de trabalho de conclusão de curso com vistas ao exame de qualificação.	
Bibliografia: De acordo com a temática do aluno são selecionadas as bibliografias.	

Disciplina: Prática de Pesquisa Orientada	Carga Horária: 60 horas
	Nº de Créditos: 4
Ementa: Desenvolvimento orientado da pesquisa de mestrado com foco no produto educacional. Análise dos dados de pesquisa. Preparação do produto educacional para aplicação e avaliação.	
Bibliografia: De acordo com a temática do aluno são selecionadas as bibliografias.	

Disciplina: Prática de Ensino Orientada	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Desenvolvimento e aplicação do produto educacional nos diferentes espaços relacionados ao Ensino em Educação Profissional e Tecnológica, formais ou não formais. Análise das informações oriundas da aplicação do produto e escrita de relatório final na forma de dissertação.	
Bibliografia: De acordo com a temática e com a área de atividade do aluno serão selecionadas as bibliografias.	

6.3 Eletivas

Disciplina: Avaliação nos Espaços Educativos	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Avaliação da e na escola. Ensino e suas relações com a avaliação da aprendizagem. Concepções e tipos de avaliação. Alternativas propositivas no campo da avaliação. Avaliação democrática e participativa na EPT. Processos, objetivos educacionais, instrumentos e critérios de avaliação na EPT. Avaliação externa e Autoavaliação da/na EPT.	
Bibliografia: ANDRÉ, M. E. D. A., & Passos, L. F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. Ensinar a Ensinar: didática para a escola fundamental e média. In de Castro, A. D., & de Carvalho, A. M. P. (Orgs). Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2018. DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação da aprendizagem: revendo conceitos e posições. In: SOUSA, Clarilza Prado de (org). Avaliação do rendimento escolar. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1991. p.51-76. DEPRESBITERIS, Léa; TAVARES, Marialva Rossi. Diversificar é preciso. Instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem. São Paulo: Senac São Paulo, 2009. DIAS, Elisângela T. Gomes. A prova a Serviço da Aprendizagem. In: VILLAS BOAS, Benigna (org). Conversas sobre a avaliação. Editora Papyrus, 2019. p. 133- 140. ESCOTT, Clarice Monteiro; VIEGAS, Luciane Torezan; PIZATTO, Michelle Câmara. Aprendizagem no Ensino Médio Integrado. In. SOBRINHO, Sidinei Cruz; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro (orgs). Educação profissional integrada ao ensino médio. João Pessoa: IFPB, 2020, p. 812-837. FERNANDES, Domingos. Avaliação alternativa: perspectivas teóricas e práticas de apoio. In: Livro do 3.º Congresso Internacional Sobre Avaliação na Educação. Futuro Eventos, 2005. p.79-92. FERNANDES, Domingos. Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas. Lisboa: Texto Editores, 2005. FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. Estudos em avaliação educacional, p. 347-372, 2008. HADJI, Charles et al. A avaliação, regras de jogo: das intenções aos instrumentos. Portugal: Porto Editora. 1994.	

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação em Educação**: questões epistemológicas e práticas. Cortez, 2018.

MORAES, Dirce Aparecida Foletto. Prova: instrumento avaliativo a serviço da regulação do ensino e da aprendizagem. **Estudos em avaliação educacional**, v. 22, n. 49, p. 233-258, 2011.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. Rio de Janeiro. Lamparina Editora. 2007.

PAIXÃO, Roberto Brasileiro; RABELO, Anamaria Azevedo Lafeta; BRUNI, Adriano Leal. Avaliação do Docente pelo Discente no Âmbito do Ensino Técnico Integrado: evidências de validade da Escala SIR-II. **Revista Meta: Avaliação**, v. 11, n. 31, p. 154-176, 2019.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino; RAITZ, Tânia Regina; GESSER, Verônica. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem na educação profissional técnica de nível médio. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, 2020.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino; RAITZ, Tânia Regina; GESSER, Verônica. Prova: estratégia Reguladora da Aprendizagem na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 41, p. 106-120, 2021.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

TERRIBILI FILHO, Armando; CHIRINEA, Andreia Melanda. A Imprecisão Avaliativa na Correção de Provas Escritas Decorrente da Falta de Critérios Pré-Definidos. **Revista Meta: Avaliação**, v. 7, n. 20, p. 265-293, 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 20. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

VIANNA, Heraldo Marelim. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 28, p. 23-38, 2003.

Disciplina:

Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente

Carga Horária: 30 horas

Nº de Créditos: 2

Ementa:

Origens dos estudos com o enfoque “Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente” (CTS/CTSA) no Brasil e no mundo. Relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Questões sociocientíficas. Diferentes perspectivas da abordagem CTSA. Configurações curriculares

mediante o enfoque CTSA. O enfoque CTSA e a Educação Profissional e Tecnológica. Propostas metodológicas com ênfase CTS para o ensino profissional e tecnológico.

Bibliografia:

AULER, D. e DELIZOICOV, D. **Alfabetização científica-tecnológica para quê?**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/iiienpec/Atas%20em%20html/o14.htm>

BAZZO, W. A. et al. **Introdução aos estudos CTS** – Ciência, Tecnologia e Sociedade. Organização dos estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura. Caderno de Ibero-América, 2003.

BAZZO, W. A. **Ciência, Tecnologia e Sociedade e o Contexto da Educação Tecnológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

CONRADO, Dália Melissa; NUNES-NETO, Nei. **Questões sociocientíficas: fundamentos, propostas de ensino e perspectivas para ações sociopolíticas**. Edufba, 2018.

DAGNINO, R. “**O que é o PLACTS** (Pensamento Latino-americano em Ciência Tecnologia e Sociedade)?”. *Ângulo*, n. 140, jan./mar., 2015.

MERCHÁN, Nidia Yaneth Torres. Enfoque CTSA desde una perspectiva freireana: contribuciones a una educación para el desenvolvimiento sustentable. **Educación y ciencia**, n. 14, p. 1-12, 2011.

NASCIMENTO, Augusto Sávio Guimarães do. E NUNES, M. F. Rodrigues, Albino O. A pertinência do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, V. 2, N. 11, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5457/pdf>, acesso em 19/08/2020.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. São Paulo: Contraponto, 2005.

ROSA, Suiane Ewerling; AULER, Décio. Não neutralidade da ciência-tecnologia: problematizando silenciamentos em práticas educativas CTS. Alexandria: **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 2, p. 203-231, 2016.

SANTOS, W. L. P.; AULER, D. **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas**. Brasília: Ed. UNB, 2011.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Educação Científica Humanística em Uma Perspectiva Freireana: Resgatando a Função do Ensino de CTS. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.1, n.1, p. 109-131, mar. 2008.

Disciplina:	Carga Horária: 30 horas
Currículo e Formação Integrada	Nº de Créditos: 2

Ementa:

Concepções e histórico de Currículo. Concepções e princípios do currículo do Ensino médio integrado à Educação profissional, regular e modalidade EJA. Elementos estruturantes de um currículo integrado.

Bibliografia:

ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. (Org.). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf.

BALL, Stephen. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron da. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 121-137.

BALL, Stephen. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37 – 55, maio/ago. 2010.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 187-205, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOODSON, Ivor. **As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas**. Petrópolis: Vozes. 2008.

HAMILTON, D. Orígenes de los términos de “clase” y “currículum”. **Revista de Educacion**. Vol 01, Maio-agosto. Madri, 1991.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2016. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com>

RAMOS, M.N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, N.N. **Ensino Médio Integrado: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum

Curricular. **Movimento-Revista de educação**, v.4, p. 54-84, 2016. Disponível: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i4.296>

Disciplina: Diversidade e Inclusão	Carga Horária: 30 horas Nº de Créditos: 2
Ementa: Estudos acerca da trajetória histórica da inclusão educacional e das diversidades no contexto educacional. Educação Inclusiva e seus aspectos legais. Diferenças, Diversidades, Desigualdade e Currículo. Pessoas com Deficiência. Gênero, raça, sexualidade e etnia. Diversidades Étnico-culturais. Reflexões acerca do papel da escola na inclusão dentro da perspectiva das diversidades.	
Bibliografia: ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Secretaria de Educação. Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 18 ago. 2022. BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm . Acesso em: 18 ago. 2022. CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil . São Paulo : Selo Negro, 2011. GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) , [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 141-162, maio 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687 . Acesso em: 18 ago. 2022. LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2018. PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: diálogos em educação. Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. RIBEIRO, Everton. A segurança escolar de estudantes LGBT na pauta da formação de professores: experiência estética e desenvolvimento humano. Curitiba: Appris, 2020. RIBEIRO, Matilde (org.) As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas. São Paulo:	

Fundação Perseu Abramo, 2012.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. v1, n. 22, e11492, 2022.

SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claroenigma, 2012.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da escola**. Brasília, DF. Vol. 14, n. 28 (jan./abr. 2020), p. 75-90, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.

SONZA, Andréa; ORTIZ, Helen; CORSINO, Luciano; SANTOS, Marlise; FERREIRA, Rosângela; CARDOSO, Sandro [org]. **Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões**. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. 352 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Disciplina: Educação de Jovens e Adultos	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: A configuração do campo da Educação de Jovens e Adultos e a diversidade dos sujeitos; A afirmação do direito à educação, História e memórias e Paulo Freire, contribuições para pensar a prática da EJA no Brasil. Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia como dimensões da formação humana na EJA e na Educação Profissional e Tecnológica. Características da aprendizagem e estratégias de ensino para adultos; Educação de jovens e adultos. Educação Profissional e a confluência de duas modalidades. Implicações das especificidades da EJA na organização do trabalho pedagógico e na gestão educacional da EPT.	
Bibliografia: ALVAREN, M. S.; CORRÊA, N. B.; RIBEIRO, G. L. C.. A dialética do lugar social da educação de jovens e adultos nas políticas curriculares atuais. Revista Cocar (online) , v. 11, p. 1-20, 2022. Disponível em: < https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4747 >. ARROYO, M. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa . Petrópolis: Vozes, 2017. BOURDIEU, Pierre; Champagne, Patrick. “Os excluídos do interior”. In: BOURDIEU, Pierre. (org.) A miséria do mundo . Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB	

nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, maio de 2000.

BRASIL. MEC/SETEC/PROEJA. **Documento Base**. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. SP: Ed. Cortez, 2015.

COSTA, Claudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 1ª edição, São Paulo: Cortez, 2017.

DUARTE, Aldimar; GUIMARÃES, Maria T. C. A mediação da educação escolar na formação de jovens da periferia. Porto de Galinhas (PE): **Anais Anped**, 2012. Disponível em: <http://www.35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT18%20Trabalhos/GT18>,

FAVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Revista Interação**. Goiânia. v. 36, pp. 365-392, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>.

FERNANDES, Marcos V. R. Novo itinerário do PROEJA no Colégio Pedro II: avanços ou retrocessos? **Revista Sítio Novo**. Palmas, v. 4, n. 3, p. 109-123, jul/set, 2020. Disponível em <http://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/download/611/210>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Ed. Cortez. 8. ed., 2011.

MACHADO, Maria M. "A educação de jovens e adultos após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996". **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/687/706>.

MACHADO, Maria M; RODRIGUES, Maria E. de C. Educação de jovens e adultos: relação educação e trabalho. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/%20312/482>,

MACHADO, Maria M.; RODRIGUES, Maria E. de C. (org.). **Educação dos trabalhadores – políticas e projetos em disputa**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2011.

MACHADO, Maria Margarida. Quando atrofiar e desqualificar são condições para manutenção da subalternidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 156–168, 2019. DOI: 10.18764/2178-2229.v26n4p156-168. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13056>.

MACHADO, Maria M. A educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, pp. 17-39, nov. 2009.

MATOS, Maria Daise da Cunha; PLATZER, Maria Betanea. Práticas pedagógicas na EJA: as vozes de professores acerca das estratégias de ensino e uso de materiais didáticos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**. Salvador, v. 6, p. 223-235, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5706>.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a Educação de Adultos**: possibilidades para uma ação transformadora. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2a. ed. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>.

NETO, João C. da Mota. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. CRV Editora: Paraná, 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.) **Escritos de Educação**. 16. ed., Petrópolis, RJ; Vozes, 2015.

NICODEMOS, Alessandra; CASSAB, Mariana. Educação de Jovens e Adultos no tempo presente: entre silenciamentos, invisibilidades, retrocessos e resistências. **Revista Cocar** (online) , v. 11, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5076>

POUBEL, Clarissa M. de S.; PINHO, Leandro G.; CARMO, Gerson T. do. Uma arena de tensões: a história da EJA ao PROEJA. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 125-140, jan./abr. 2017. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/download/38242/20188/>.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Disciplina: Educação do Campo	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Educação do Campo dentro da conjuntura atual. Nova realidade do rural no Brasil, inserido no contexto internacional, reconhecendo os conflitos e as implicações dos conceitos de Educação rural x Educação no campo x Educação do campo e o processo histórico da construção de um novo paradigma em educação emancipadora. Desafios e as necessidades da Pedagogia da alternância frente a escola tradicional institucionalizada.	

Bibliografia:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BERGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, T. (orgs.). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Orizona, GO: UNEFAB, 2013.

CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para a Transformação da Escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014. GIMONET, J. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

GHEDIN, E. (org.). **Educação do Campo: Epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIRES, A. M. **Educação do Campo como Direito Humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

OLIVEIRA, A. D. **Juventude Rural: Constituição dos processos identitários**. Petrolina, PE: IF Sertão Pernambucano, 2012.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, C. F. **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo**.

Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo: Propostas e práticas pedagógicas do MST**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina:	Carga Horária: 30 horas
Educação e Tecnologia	Nº de Créditos: 2
Ementa:	
O papel da educação na sociedade contemporânea em suas relações com as tecnologias digitais em rede. Tecnologia e mediação pedagógica. Análise de recursos tecnológicos como recursos pedagógico-didáticos e suas aplicações no ensino profissional e tecnológico. O trabalho pedagógico online. Metodologias ativas. Aprendizagem móvel e ubíqua.	

Elaboração de projetos de ensino com utilização de tecnologias digitais em rede.
Desenvolvimento de projetos e protótipos aplicados ao ensino profissional e tecnológico.

Bibliografia:

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 24ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: um novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

REALI, A.; MILL, D. (orgs.). **Educação a Distância e Tecnologias Digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SACCOL, Amarolinda et al. **M-learning e u-learning: novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua**. São Paulo: Pearson, v. 30, 2011.

UNESCO. **Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel**. Paris, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2022.

WILSON, C.; GRIZZLE, A, TUAZON, R, AKYEMPONG, K,; CHEUNG, C. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 27 out. 2022.

Disciplina:	Carga Horária: 30 horas
Espaços Não-Formais na Educação Profissional e Tecnológica	Nº de Créditos: 2
Ementa:	
Definições de espaços não-formais, formais e informais de educação. Histórico dos espaços não-formais de educação no Brasil e comparativo metodológico com seus equivalentes em outros países. O espaço da educação não-formal e os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Educação não-formal e a participação da sociedade civil nos processos educativos. O ambiente de trabalho como um espaço não-formal de educação.	
Bibliografia:	

CARVALHO, C. **Quando a escola vai ao museu**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2020.

FRANCO, Jussara Botelho; MOLON, Susana Inês Espaço educativo não formal: ensinando e aprendendo em uma perspectiva socioambiental e de classe. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v.17, p.42-51, jul./dez. 2006.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. O formal e o não formal na trajetória formativa de educadoras de jovens e adultos na perspectiva da educação popular. In: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa Em Educação**, 30, 2007, Caxambu. Anais Caxambu: ANPEd, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, jan./mar. 2006.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino de 2º Grau: O Trabalho como Princípio Educativo**. São Paulo: Cortez, 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Ed. Cortez. 8. ed., 2021.

MARANDINO. M. A educação em museus e os materiais educativos. São Paulo: FEUSP, 2016.

MASSARANI, L. (org.). **Terra incógnita: a interface entre a ciência e o público**. Rio de Janeiro: Editora Vieira e Lent, 2022.

SÁ, Magali Romero; Domingues, Heloísa Maria Bertol. Museu Nacional e o ensino de ciências naturais no Brasil no séc XIX. **Revista da SBHC**, v.15, p. 79-88, 1996.

Disciplina: Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica	Carga Horária: 30 horas Nº de Créditos: 2
Ementa: Formação de professores para a EPT no contexto atual. Políticas de formação de professores e as relações educação, trabalho e sociedade. Estado da arte da formação de professores. Saberes profissionais docentes. Temas recorrentes e temas silenciados: perspectivas para a prática da pesquisa.	
Bibliografia: ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação , Porto Alegre, v. 33, p. 6-18, set./dez. 2010. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8075 . Acesso em: 10 out. 2022. BRANCHER, Vantoir; RODRIGUES, Ricardo Antonio; SOUZA, Francisco Das Chagas Silva. Formação docente e práxis na educação profissional e tecnológica . Curitiba: Brazil Publishing, 2020. Disponível em https://aeditora.com.br/produto/formacao-docente-e-	

[praxis-na-educacao-profissional-e-tecnologica/](#). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM Formação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=236781-rcp001-22&category_slug=maio-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2022.

CARDOSO, Aliana Anghinoni. **Professores?** Sim! Os saberes docentes e os professores da Educação Profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Programa de Pós - graduação em educação. Universidade Federal de Pelotas. 2012. 147p. Disponível em: http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1637/1/Aliana%20Anghinoni%20Cardoso_Dissertacao.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

COSTA, Maria Adélia da. **Políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica:** cenários contemporâneos. Tese. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de pós-graduação em Educação. Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13638>. Acesso em: 10 out. 2022.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

INEP. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica:** Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-da-educacao-superior/formacao-de-professores-para-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 10 out. 2022.

LOUREIRO, Luis Humberto Ferrari. **Como nos tornamos formadores na roda da licenciatura para a educação profissional e tecnológica**. Tese. Universidade Federal de Rio Grande. Programa de Pós- graduação em Educação Ambiental. Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/4812>. Acesso em: 10 out. 2022.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863/1004>. Acesso em: 10 out. 2022.

NÓVOA, Antonio. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. 2007. Disponível em: https://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

PAULA JÚNIOR, Francisco Vicente de. Profissionalidade, profissionalização, profissionalismo e formação docente. **Scientia**, n. 1, p. 01 - 20, Jun/Nov. 2012. Disponível em: http://www.faculdade.flucianofeijao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/outros_artigos/Revista_area_AFIM_01.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Nuances**, v. 3, p. 5-14, set. 2007. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/50>. Acesso em: 10 out. 2022.

PRYJMA, Marielda Ferreira; OLIVEIRA, Oséias Santos de (org.). **Desafios e Trajetórias para o Desenvolvimento Profissional Docente**. Curitiba, PR: UTFPR, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1602>. Acesso em: 10 out. 2022.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, p.143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt_. Acesso em: 10 out. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Disciplina: História da Ciência, da Técnica e da Tecnologia	Carga Horária: 30 horas Nº de Créditos: 2
Ementa: Tópicos da história da ciência, da técnica e da tecnologia da antiguidade à modernidade. Pensamento indígena e ciência. Repensando a modernidade e as contribuições de pensadores para pensar a ciência, a técnica e a tecnologia. Contribuições da Tecnologia Social para o Desenvolvimento.	
Bibliografia: HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século XXI . Rio de Janeiro, Companhia das letras, 2018. KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas . São Paulo: Perspectiva, 2011. LATOURETTE, Bruno. Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora . São Paulo: Unesp, 2012. LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. Paradigmas e transformações epistemológicas: a crise da ciência moderna em Thomas Kuhn e Boaventura de Sousa Santos. Prometeus Filosofia , v. 4, n. 7, 2011. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/770 PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. Ciência no cotidiano: Viva a razão. Abaixo a ignorância! São Paulo: Editora Contexto 2020. ROBERT, Pascale de; GARCÉS, Claudia López; LAQUES, Anne-Elisabeth; COELHO-FERREIRA, Márlia. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. , Belém, v. 7, n. 2, p. 339-369, maio-ago. 2012. VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. VARGAS, Milton (org.). História da técnica e da tecnologia no Brasil . São Paulo: Ed.	

Unesp; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paulo Souza, 1994.

Disciplina: Juventude, Trabalho e Escola	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Juventude(s) como categoria social e condições juvenis. Culturas juvenis. Juventude(s), educação e mundo do trabalho. Socialização juvenil. Juventude(s) e contemporaneidade.	
Bibliografia: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MARINHO, Andreia Cidade; OLIVEIRA, Viviane Netto Medeiros de. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1439-1454, dez., 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508143413 . CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Laís Wendel. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. Linhas Críticas , Brasília, DF, v. 22, n. 47, p. 110-129, jan./abr. 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4789 . DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação , n. 24, set-dez 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf . GARBIN, Elisabete Maria; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo (org.) Juventudes contemporâneas: emergências, convergências e dispersões. Porto Alegre: Cirkula, 2020. Disponível em: https://paulocarrano.files.wordpress.com/2021/01/livro-dani-juventudes-v6-novo.pdf . GIL, Carmem Zeli Vargas; SEFFNER, Fernando. Dois monólogos não fazem um diálogo: jovens e ensino médio. Educação & Realidade [online]. v. 41, n. 1, p. 175-192, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-623655947 . LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. Educação & Sociedade [online]. v. 32, n. 117, p. 1067-1084, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010 . MARTINS, Carlos Henrique dos Santos.; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. Educação , v. 36, n. 1, p. 43-56, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2910 . PAIS, José Machado. A construção social da juventude - alguns contributos. Análise Social . v. 25, n. 105-106, 1990. p. 139-165. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf .	

PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes (orgs.). **Revista Brasileira de Educação**, número especial: Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6, maio-dez. 1997. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_05_e_06.pdf.

PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo et al. **Juventudes contemporâneas: juventudes, trabalho e educação**. Porto Alegre: CirKula, 2022.

SILVA, Maciel Pereira. Juventude(s) e a escola atual: tensões e conflitos no "encontro de culturas". **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 14, n. 1, p. 46–59, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/28958>.

SILVA, Cristiane Gonçalves. Encontros nos territórios: escola, tecnologias juvenis e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 171, p. 180–202, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5323>.

SILVA, Monica Ribeiro; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. In: SILVA, Monica Ribeiro; OLIVEIRA, Rosângela Gonçalves (orgs.). **Juventude e ensino médio: sentidos e significados da experiência escolar**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016. P. 136-158. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/11/Juventude-e-Ensino-MedioWEB.pdf>.

Disciplina: Políticas Públicas em Educação Profissional e Tecnológica	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil. Análise de políticas em educação profissional, educação básica, educação de jovens e adultos e formação docente. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação básica, da educação profissional, da educação de jovens e adultos e da formação docente.	
Bibliografia: AFONSO; A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Educação profissional e tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação . Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, jul./set., 2016. pp. 719-742. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n92/1809-4465-ensaio-24-92-0719.pdf . Acesso em: 20 fev. 2020. BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras , v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006. ISSN 1645-1384 (online) Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org . Acesso em 27 out. 2022. CAETANO, M. R., Porto Jr. M., Sobrinho, S. Educação profissional e os desafios da formação	

humana integral: concepções, políticas e contradições. Editora CRV, 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 1ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

Fávero, A. A. *Et al.* (org.). **Leituras sobre a pesquisa em política educacional e a teoria da atuação**. Chapecó: Livrologia, 2022

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. Ebape.Br**, v. 11, n. 3, artigo 5, Rio de Janeiro, set./nov., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n3/06.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

GUIMARÃES, E. R. A (Re)Significação do Projeto Educativo do Ensino Médio. **CIENTEC: Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE**, v.4, n.1, p. 85-100, julho de 2012. (ISSN versão impressa: 1984-7300) (ISSN versão on-line:1984-9710) Disponível em:

<http://revistas.ifpe.edu.br/index.php/cientec/issue/viewIssue/8/3>. Acesso em 27 out. 2022.

LIMA, E. R. S.; SANTOS, J. M. C. T.; SILVA, L. L. S. Ensino médio e educação profissional: perspectivas no plano nacional de educação. **Rev. Fac. Educ.**, v. 24, n. 2, p. 63-78, 2015. Disponível em: http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_24/artigo_24/63_78.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69,

jan./abr. 2006. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 27 out.2022.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015**: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores. 2016. 207 f., il. Tese (Doutorado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20814/1/2016_JairJos%c3%a9Maldaner.pdf

MOURA, Dante Henrique. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Retta**, vol. I, n. 1, jan./jun., 2010. pp. 89-108. Disponível em: <https://mapadatese.files.wordpress.com/2013/02/criac3a7c3a3o-e-implantac3a7c3a3o-dos-institutos-federais-cc3a9lia-otranto.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**. Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

PIRES, L. L. A. **Educação tecnológica e formação profissional no contexto atual e o PNE 2011-2020**: avaliação e perspectivas. In: DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação (2011-2020) Avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG, 2011.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do

Paraná, 2014.

TEIXEIRA, C. B. M.; RIBEIRO, E. A. A Base Nacional Comum Curricular e a Lei nº 13.415/2017: uma pretensa descurricularização. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 20, n. 45, p. 01–10, 2020. DOI: 10.31496/rpd.v20i45.1333. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1333>. Acesso em: 3 dez. 2021.

Disciplina: Produção de Recursos Educacionais	Carga Horária: 30 horas
	Nº de Créditos: 2
Ementa: Relação entre recursos educacionais e metodologias de ensino na EPT. Recursos educacionais na EPT, suas características, produção, utilização e avaliação. Design instrucional, avaliação e validação de Produtos Educacionais. Repositório de Produtos Educacionais.	
Bibliografia: KAPLÚN, G. Materiais educativos: experiência de aprendizado. Revista Comunicação & Educação, 271, p. 46-60, 2003. FARIAS, Marcella Sarah Filgueiras de; MENDONÇA, Andréa Pereira. Concepções de produtos educacionais para um mestrado profissional. Manaus, 2019. FILATRO, Andrea; PICONEZ, Stela. Planejamento, design, implementação e avaliação de programas de educação on-line. Escola de Governo do Paraná, p. 84, 2007. FILATRO, ANDREA CRISTINA; BILESKI, SABRINA M. CAIRO. Produção de conteúdos educacionais. Editora Saraiva, 2017. FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma Pedagogia da Pergunta. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. Freitas, Rony. Produtos Educacionais na Área de Ensino da Capes: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista , v. 5, nº 2, p. 5-21, 2021. MENDOÇA, A.P.; RIZZATTI, I.M. RÔÇAS, G.; FARIAS, M.S.F.. O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. Educitec . v. 8, e211422, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.31417/educitec.v8.2114 . RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2021. SANTOS, Andreia Inamorato dos. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.	

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2021.

ZABALA, Antoni. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2021.

Disciplina:	Carga Horária: 30 horas
Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica	Nº de Créditos: 2
Ementa: Essa disciplina visa apresentar tópicos especiais em Educação Profissional e Tecnológica, em caráter extraordinário. Visa trabalhar a construção de artigos científicos e tecnológicos, como também produtos tecnológicos gerados pelos estudos. Poderá ser ofertada a qualquer momento conforme demanda específica e aprovação da Comissão Acadêmica Local de cada Instituição Associada.	
Bibliografia: Artigos científicos e tecnológicos no campo da Educação Profissional e Tecnológica pertencentes ao Qualis de Ensino da CAPES. Livros conceituados que servirão para fomentar os estudos realizados pelos alunos do mestrado.	